



REFLEXÕES SOBRE POLÍTICA DE INFORMAÇÃO EM INSTITUIÇÕES ACADÊMICAS: A VIA VERDE EM FOCO

REFLECTIONS ON THE INFORMATION POLICY IN ACADEMIC INSTITUTIONS: THE GREEN ROAD AT ISSUE

Emanuelle Torino etorino@gmail.com
Universidade Estadual de Londrina

Lígia Patrícia Torino lp torino@gmail.com
Universidade Estadual de Londrina

Terezinha Elisabeth da Silva telis@uel.br
Universidade Estadual de Londrina

Resumo

O presente artigo objetiva identificar políticas de informação explícitas em repositórios institucionais acadêmicos e analisar sua abrangência quanto às características da via verde de acesso à produção científica. Para tanto, recorre à literatura para definir os conceitos utilizados e embasar a discussão e ao ROARMAP para a identificação dos repositórios cujas políticas serão estudadas. Nesse contexto, tornou-se possível verificar que a maioria dos repositórios institucionais ainda não dispõe de políticas formais e explícitas, fato que demonstra a necessidade de estabelecê-las. No que tange às políticas analisadas, verifica-se que suas estruturas são consonantes com as recomendações teóricas, de modo que podem servir de base para o estabelecimento das políticas de instituições congêneres.

Palavras-chave

Política de Informação. Repositórios Institucionais.

1 INTRODUÇÃO

Abordar política de informação em um momento de mudança no modelo de comunicação humana, em especial no que tange à agilidade no acesso às informações e à ampliação da conectividade entre os indivíduos, decorrentes das tecnologias de informação (TICs) é um desafio e também uma necessidade. Desafio esse, decorrente da rara existência de políticas de informação explícitas, seja por desconhecimento da sua pertinência ou ainda por questões culturais das instituições. É necessidade, pois aquelas instituições que possuem políticas explícitas necessitam rever e adequar seus conceitos, enquanto as que ainda não o fizeram, precisam defini-las para que possam assegurar condições de qualidade na sua prestação de serviços e decisões gerenciais.

A informação é valiosa e necessária para todos os membros de uma instituição. É possível afirmar que o processo de comunicação organizacional é irrigado pela informação, disponível nos ambientes interno e externo, que é utilizada para fornecer elementos para suas decisões gerenciais. Cohen (2002, p. 27) relata que “resta agora entender o fluido que irriga esse ambiente, fazendo com que a tecnologia funcione e a conectividade exista – a informação”. O autor supracitado ressalta ainda que “a maior preocupação da ciência deve estar em entender como a informação é transmitida, como pode ser armazenada e como pode ser usada para tomar decisões” (p. 28).

Os apontamentos de Davenport (1988, p.91), ressaltam que observar o lado humano da informação é sempre o melhor caminho. A tecnologia por si mesma não basta, porém, o uso efetivo da informação, esse sim, pode alterar de forma grandiosa os rumos da organização.

A transferência de informação/conhecimento, no âmbito organizacional, pode ser utilizada como insumo para os processos de tomada de decisão; enquanto em âmbito acadêmico é utilizada, dentre inúmeras outras formas, para a disseminação do conhecimento científico. Enfim, pode-se inferir que, em qualquer segmento, conquistarão espaço, as organizações que estiverem atentas ao papel da informação para o sucesso dos negócios.

Entretanto, percebe-se a necessidade da formulação de critérios para estabelecer diretrizes que possam evitar a descontinuidade ou mesmo a inviabilização de projetos que visem à disseminação da informação, estejam esses já iniciados ou em fase de implementação. Jardim (2009, p. 4) afirma que “escolhas, confrontos e ações

informativas de grande impacto em vários níveis da vida social são a essência da formulação, implementação e avaliação de qualquer política pública. Em relação às políticas públicas de informação, não seria diferente”.

É fato que, nos dias de hoje, a pesquisa científica vem sendo disseminada sob nova tendência e novos paradigmas de acesso, que ampliaram sobremaneira sua disseminação e a visibilidade das instituições às quais se encontram vinculados os pesquisadores. Conseqüentemente faz-se necessária a definição de novas políticas de informação, visando gerir a organização, fluxos, disseminação e preservação desses conteúdos.

O enfoque deste artigo está na identificação de políticas de informação explícitas em repositórios institucionais acadêmicos. Nesse sentido, analisa as políticas de informação dos repositórios institucionais do National Institute of Technology Rourkela - ethesis@nitr, e da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa – REPositório@FCTUNL, na perspectiva do acesso aberto à informação.

2 ACESSO ABERTO À INFORMAÇÃO CIENTÍFICA

Ao tratar do movimento de acesso aberto à informação científica, precisamos nos reportar aos periódicos, que, sem dúvida, são uma das mais importantes ferramentas de compartilhamento de conhecimento, comunicação de resultados de pesquisas e estabelecimento de propriedade intelectual.

Ressalta-se, nesse contexto, que algumas barreiras tornaram as publicações periódicas inacessíveis. Destaca-se o caráter comercial adotado por muitas editoras, que tornava as publicações inacessíveis para unidades de informação e para os próprios pesquisadores, que muitas vezes não tinham acesso ao título no qual publicava seus resultados. Essa característica comercial ocasionou importantes questionamentos devido ao impacto econômico sofrido, visto que órgãos públicos e agências de fomento arcavam com os custos da pesquisa, do incentivo ao pesquisador e também do acesso à pesquisa publicada.

De acordo com Costa (2006), a discussão do acesso aberto fundamenta-se em duas questões: a reação dos pesquisadores (autores) diante da característica comercial adotada pelas principais editoras de periódicos científicos e, em decorrência disso, a visão de que as pesquisas publicadas por tais editoras são, em grande parte, financiadas

com recursos públicos e, portanto, devem estar publicamente disponíveis.

Tem-se, com isso, os primeiros movimentos em prol do depósito, em sistema de livre acesso, de todo o resultado de pesquisa financiada com recursos públicos, provocando uma alteração significativa na comunicação científica. Os envolvidos, sobretudo cientistas e pesquisadores passam a definir estratégias para auxiliar a promoção do acesso aberto para responder à demanda existente no que tange à ampliação de acesso e disseminação dos resultados das pesquisas científicas (KURAMOTO, 2008).

Ao retomar brevemente a história das iniciativas de acesso aberto à informação, retornamos à década de 1999, quando a Convenção de Santa Fé, realizada no Novo México, estabeleceu os princípios básicos da nova filosofia para a publicação científica. Os mais importantes princípios estabelecidos foram o auto-arquivamento, que consiste no depósito da produção científica pelo próprio autor ou seu representante; a definição de um número mínimo de metadados e sua integração com mecanismos de comunicação já existentes no meio científico; a transparência das críticas e sugestões provenientes do processo de revisão por pares, sobre os documentos depositados nos repositórios (TRISKA; CAFÉ, 2001).

Destaca-se no apoio ao movimento de acesso aberto a *Budapest Open Access Initiative* (BOAI)¹, que ocorreu no ano de 2002, com o objetivo de “acelerar o progresso do esforço internacional de tornar artigos de pesquisa em todos os campos acadêmicos livremente disponíveis na internet” e que definiu a utilização dos protocolos de coleta de metadados OAI-PMH (*Open Archive Initiative-Protocol for Metadata Harvesting*), baseados em padrões nacionais e internacionais de interoperabilidade. Na visão de Arellano, Caregnato e Ferreira (2005), o protocolo OAI-PMH estimula o acesso aberto por meio da disseminação da produção científica para acesso global e irrestrito, alinhando-se ao movimento de arquivos abertos e de livre acesso à informação e ao conhecimento em ciências e humanidades.

A primeira estratégia, conhecida como via verde, consiste no auto-arquivamento, em repositórios digitais, de artigos de periódicos publicados ou aceitos para a publicação em periódicos especializados. E a segunda, a via dourada, refere-se à publicação de periódicos eletrônicos em ambientes de acesso aberto.

¹ <http://www.soros.org/openaccess>

Posteriormente, no ano de 2003, a *Bethesda Statement on Open Access Publishing*² definiu que as publicações de acesso aberto deveriam assegurar aos usuários, sobretudo, o direito livre e irrestrito de acesso e uso de seus trabalhos; e a disponibilização, imediatamente após a publicação em, ao menos, um repositório *on-line*, de uma versão completa do trabalho publicado, assim como de todo material suplementar em formato eletrônico apropriado.

A *Conference on Open Access to Knowledge in the Sciences and Humanities*³, também de 2003, resultou na conhecida Declaração de Berlim, consonante aos movimentos anteriores. Contudo, integra-se ao *European Cultural Heritage Online*, e agrega ao contexto do acesso aberto o livre acesso ao patrimônio cultural europeu.

No Brasil, tem-se no ano de 2005 o Manifesto Brasileiro em Favor do Acesso Aberto⁴. Mas apenas em 2006, os participantes do Encontro Aberto “Acesso à Informação Científica: aspectos políticos, tecnológicos e diferenças disciplinares”, por meio de seus representantes, elaboraram a Carta aberta à Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)⁵, por meio da qual solicitam que órgãos governamentais atuantes na área de ciência e tecnologia, bem como agências de fomento se integrem no intuito principal de sensibilizar os dirigentes das instituições quanto à importância do acesso aberto à informação científica e apoiar a construção de repositórios digitais com vistas ao registro e à disseminação da produção científica das instituições brasileiras de ensino superior e de pesquisa.

3 VIA VERDE DE ACESSO À INFORMAÇÃO CIENTÍFICA: OS REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS

O repositório de informação é considerado uma via alternativa para a comunicação científica, provendo o gerenciamento da informação científica. Neste estudo, abordaremos o repositório institucional (RI) que, para Costa e Silva (2008, p.149), “[...] reúne a produção científica da instituição e disponibiliza os documentos em formato digital para acesso através da internet”.

No que tange à comunidade acadêmica, Lynch (2003) defende que um repositório

² <http://www.earlham.edu/~peters/fos/bethesda.htm>

³ <http://oa.mpg.de/index.html>

⁴ <http://www.ibict.br/noticia.php?page=23&id=142>

⁵ <http://kuramoto.blog.br/2006/07/24/carta-aberta-a-sbpc/>

institucional pode ser definido como um conjunto de serviços que a universidade oferece para os membros da sua comunidade com vistas ao gerenciamento e disseminação do material digital criado pela instituição e pelos seus membros.

A implementação de um repositório visa atender às necessidades de dispor as informações de forma organizada, visando armazenamento, preservação e disseminação da produção intelectual de uma instituição no ambiente *web*. (COSTA, 2006, p. 1).

Quanto à categorização, os repositórios podem ser, quanto aos seus conteúdos, temáticos ou institucionais; quanto à tipologia documentária, monodocumentais ou multidocumentais; e quanto à administração, consorciados, centralizados, descentralizados e governamentais. Os objetos digitais podem ser textuais e multimidiáticos e a natureza da informação pode ser proveniente de fontes primárias e de agregadores que reúnem metadados de outros repositórios (SILVA; TOMAÉL, 2009).

O Instituto Brasileiro de Informação Ciência e Tecnologia (IBICT) incentiva a implantação de repositórios de arquivos abertos, respondendo à sua missão de registro e a disseminação da produção científica brasileira. Segundo Kuramoto (2005) a implantação de repositórios de livre acesso possibilita maior facilidade para que o pesquisador possa publicar os resultados de sua pesquisa e ter acesso aos resultados de outros pesquisadores. Essa tendência se consolida mundialmente, e amplia exponencialmente a criação de repositórios interoperáveis nacionais e estrangeiros, facilitando sobremaneira os processos burocráticos de uma instituição de nível superior.

Embora ainda sejam poucos os repositórios institucionais acadêmicos implantados nas universidades brasileiras, cabe mencionar que, além de facilitar o acesso à informação, o país passa a ser beneficiado, à medida em que a proposta de interoperabilidade de repositórios brasileiros e estrangeiros possa acontecer, minimizando custos e ampliando sobremaneira o acesso aos documentos, favorecendo pesquisadores, instituições e a sociedade.

As universidades necessitam de uma estrutura macro de organização do conhecimento científico registrado, a fim de que toda sua produção possa estar armazenada em um único ambiente, facilitando o acesso. Como benefício, as instituições passam a reconhecer e divulgar a produção de seus autores; as agências de fomento buscam consolidar as ações a fim de disponibilizar os seus resultados de pesquisa em um ambiente de livre acesso; e os bibliotecários passam a atuar de forma diferenciada,

resgatando antigas práticas para atender às novas exigências. As possíveis desvantagens recaem sobre as editoras que, no modelo tradicional de publicação científica, mantinham o monopólio das informações com objetivo de obter lucro.

Para o desenvolvimento de um repositório, o comprometimento e a colaboração entre diversas áreas são imprescindíveis, tornando necessária a atuação de analistas de sistemas, docentes, profissionais de comunicação e marketing, coordenadores de pós-graduação e profissionais da informação. Ao profissional da informação cabem as tarefas de estabelecer padrões de metadados para a organização dos registros, de acordo com padrões bibliográficos, além da organização e do incentivo ao povoamento do repositório com as publicações dos autores da instituição a qual está vinculado.

Há a necessidade de definir, desde a fase inicial de implantação de um repositório, políticas que possam nortear seu desenvolvimento. Conforme experiência relatada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, quando da implantação do Repositório Lume, os autores evidenciam a necessidade de uma política institucional que possa definir os documentos que integrarão o repositório e os acessos permitidos. Citam que há a necessidade da criação de um Comitê Gestor que possa estabelecer e acompanhar todas as ações e critérios que a instituição julgar viáveis para a disseminação de seus documentos (HOROWITZ et al., 2008, p. 8).

4 POLÍTICA DE INFORMAÇÃO

É importante salientar que em todas as organizações “a informação é influenciada pelo poder, economia e política” (DAVENPORT, 1988). No entanto muitas delas não possuem uma política de informação explícita, o que nos leva a inferir que há uma complexidade em estabelecê-las e torná-las aceitas por todos os membros da organização.

Uma política de informação pode ser entendida como base para a ação. Trata-se de uma forma dinâmica utilizada para estabelecer interação entre pares, clientes e usuários, além de possibilitar a tomada de decisões, estabelecendo prioridades.

O termo “política”, na visão de Zhaodong (1987), tem a função de propor estratégias e ações a fim de atingir um objetivo e, conseqüentemente, um compromisso com esse objetivo – sua implementação.

Gonzáles de Gomes (1999) define política de informação sob diferentes abordagens e, para tanto, inicia seu estudo conceituando regime de informação como uma rede formal e/ou informal na qual a informação é gerada, organizada e disseminada a diversos usuários, utilizando-se de inúmeros canais. A partir desse conceito, afirma que a política de informação, pode ser tácita e/ou explícita e atua no intuito de adotar ou substituir o regime de informação.

Amaral (1991) estuda o cenário da política nacional de informação no Brasil e afirma que o país ainda não dedica atenção necessária a ela. Tal fato, justifica a autora, deve-se à característica de colonização brasileira, capitalista e dependente, cujo impacto impede o desenvolvimento científico e tecnológico, uma vez que, para o sistema capitalista dominante, a informação é vista como fonte de lucro e instrumento de poder. Desse modo, viabilizar uma política de informação explícita pode ocasionar o desenvolvimento sócio-econômico dos países do terceiro mundo, o que iria à contramão dos interesses do estado dominante, segundo os quais o ideal seria elevar o grau de dependência.

O resgate histórico efetuado por Amaral (1991) retrocede à década de 1950, quando da instituição do então Conselho Nacional de Pesquisa, atualmente denominado Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e da própria Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES). Há essa época, “já se delineava o surgimento de uma política científica e tecnológica, mas que não chegou a ser definida, ficando isso evidenciado pelas medidas descontinuadas, fragmentadas e contraditórias” (p. 48). Seu estudo é finalizado com a afirmação de que o Brasil não dispunha de uma Política Nacional de Informação formalizada, que ela estava atrelada à Política Científica e Tecnológica, e essa última estaria implícita na Política Industrial e de Comércio Exterior.

Com isso, pode-se verificar que a formalização de políticas nacionais é uma temática que, indiscutivelmente merece a atenção de estudiosos. Contudo, é o interesse do Estado que dará a elas o “*status*” requerido e possibilitará sua viabilidade. Há de se atentar que é, também, papel da sociedade, sobretudo dos envolvidos diretamente, a proposição de alterações a esse cenário por meio de propostas de políticas de informação e em defesa das necessidades da própria comunidade. Corroborar essa afirmação Silva (1991), que considera uma política de informação, em termos ideais, aquela que integra, de forma participativa, os indivíduos e os avanços científico-tecnológicos. Para tanto,

precisa ser flexível a ponto de atender a todas as demandas dos diferentes setores que compõem a sociedade e, por isso, deve ser planejada em conjunto, pelo Estado e pela sociedade.

Nesse sentido, merecem destaque algumas iniciativas, ainda que isoladas, como a do IBICT, que objetiva apoiar a implantação de repositórios nas instituições públicas de ensino superior e pesquisa, visando organizar e disseminar a produção científica⁶. Na indefinição de uma Política Nacional de Informação, da qual as Instituições contempladas derivariam suas políticas institucionais, o professor Hélio Kuramoto propõe um modelo preliminar para a definição de políticas institucionais de informação⁷.

Ainda em favor do acesso aberto à informação científica por meio da implantação de RIs, o deputado Rodrigo Rollemberg, propõe o Projeto de Lei 1120/2007⁸, que tramita na Câmara dos Deputados, e que prevê, em seu artigo 2º, a discussão e o estabelecimento de uma Política Nacional de Informação Científica. O trâmite do referido projeto, embora lento, caminha para a aprovação, o que certamente movimentará a comunidade científica no estabelecimento da política.

Devido às mudanças ocasionadas pela sociedade da informação, em especial no que tange às unidades de informação e seus serviços, comprova-se que as políticas de informação estão passando por um período de obsolescência. Em vista disso, Vanderkast (2007) afirma que, pela dinamicidade da informação, há necessidade de que as políticas sejam reformuladas e revistas periodicamente, em especial, por vivermos em um ambiente de mudanças.

5 IDENTIFICAÇÃO DE POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO EM REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS ACADÊMICOS

No intuito de identificar políticas de informação em repositórios institucionais, inicialmente, buscou-se informações a respeito de instituições acadêmicas brasileiras no *Registry of Open Access Repositories* (ROAR), no qual foi possível identificar apenas 13 RIs. Dentre eles e intitulados como repositórios existem periódicos, um repositório particular e repositório de departamentos. Apenas 2 deles possuíam as características de repositórios institucionais acadêmicos. Após a seleção realizou-se a análise dos *sites* dos

⁶ <http://www.ibict.br>

⁷ http://kuramoto.files.wordpress.com/2009/04/pii_acessolivre.doc

⁸ <http://www2.camara.gov.br/internet/proposicoes>

repositórios em questão e não foi possível identificar a presença de políticas explícitas em nenhum deles. Com isso, fez-se necessário buscar informações junto aos administradores, e constatou-se a inexistência de políticas de informação formalizadas. No entanto, as duas instituições informaram que encontram-se em processo de conclusão e publicação.

Dada a impossibilidade de analisar RIs brasileiros, efetuou-se a busca por repositórios estrangeiros, por meio da pesquisa no *Registry of Open Access Repository Material Archiving Policies* (ROARMAP)⁹, que registra atualmente 36 repositórios institucionais. Para essa análise, buscou-se selecionar apenas os repositórios vinculados a instituições acadêmicas tecnológicas. Inicialmente foram recuperados 6 repositórios, em diferentes países: Austrália, Índia, Polônia, Portugal, Turquia e Ucrânia; desses, 3 não possuem política formalizada (Austrália, Polônia e Turquia) e 1 (Ucrânia) foi excluído por questões linguísticas.

Assim, o presente estudo analisa, na perspectiva do acesso aberto à informação, as políticas de informação dos RIs do “ethesis@nitr”, vinculado ao *National Institute of Technology Rourkela*, da Índia e do “REpositório@FCTUNL” da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, em Portugal.

O “ethesis@nitr”¹⁰ é um RI que objetiva disponibilizar, com base na filosofia aberta, a produção de teses e dissertações dos discentes vinculados ao *National Institute of Technology Rourkela*, ampliando sua visibilidade. Utiliza o software EPrints, e é organizado por departamentos que abordam ciência, engenharia e tecnologia. A principal língua é o inglês. A busca pode ocorrer por autor, assunto, orientador e ano. Esse repositório ressalta em sua política que não possui função de editor, e trata-se de um arquivo *on-line* para disponibilizar a publicação científica. Quanto à política de preservação, os itens serão mantidos indefinidamente, cabendo ao repositório a atualização de softwares que assegurem a acessibilidade ao documento. Aceita solicitação do autor para retirar o item depositado desde que comprovada violação ou plágio. Ademais, o repositório informa que sua política não está finalizada, fator que merece destaque, diante das mudanças frequentes que ocorrem nesse ambiente.

⁹ <http://www.eprints.org/openaccess/policysignup/>

¹⁰ <http://ethesis.nitrkl.ac.in/>

Também caracterizado como repositório institucional, o “REPositório@FCTUNL”¹¹ tem como missão recolher, armazenar, gerir, preservar e permitir o acesso a toda a produção intelectual da FCTUNL. Objetiva organizar sistematicamente a produção científica, técnica e educativa da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, além de contribuir para a sua preservação e para o aumento da sua visibilidade e fator de impacto, por meio do acesso aberto, utilizando o sistema Dspace. As tipologias documentárias presentes são teses, dissertações - de depósito obrigatório, além de artigos, livros, anais de eventos, relatórios técnicos, patentes e outros. Tal repositório está organizado em comunidades e subcomunidades que representam departamentos e cursos. Possui licenciamento da *Creative Commons*. Pode autoarquivar documentos de docentes, discentes, pesquisadores, bolsistas e funcionários. Esse repositório procura integrar seus metadados com os fornecidos pela instituição que rege o curriculum/produção dos pesquisadores naquele país; aqui no Brasil, representada pela plataforma lattes.

Os dois repositórios analisados dispõem de navegação amigável, por meio de *links* e utilizando-se de opções de busca. As políticas adotadas são facilmente localizadas, apresentando-se em um *link* na página principal.

O quadro 1 busca comparar as políticas apresentadas pelos RIs em questão, com vistas a embasar a análise.

Repositório	“ethesis@nitr”	“REPositório@FCTUNL”
Possui política explícita?	Sim	Sim
Tipo de política?	Mandatária	Mandatária
Quais os aspectos descritos pela política	Política de conteúdo Política de submissão Política de preservação Política de uso	Política de conteúdo Política de submissão
A política está em consonância com a filosofia aberta de acesso à informação científica?	Sim	Não explícita
Atende à via verde (auto-arquivamento)?	Sim	Sim
A política adotada é suficientemente clara?	Sim	Sim

Quadro 1 – Comparação entre as Políticas de Informação

Fonte: Elaboração própria

¹¹ <http://dspace.fct.unl.pt/>

A análise das políticas de informação selecionadas possibilita algumas inferências relevantes acerca dos processos explicitados pelos RIs. O tipo de política adotada, a mandatória, assegura que os objetivos elencados serão alcançados em decorrência da obrigatoriedade do depósito dos itens aceitos pelo repositório. Nesse sentido, o *National Institute of Technology Rourkela* informa, ainda que na página do “ethesis@nitr”, que o depósito da produção é condição parcial para a atribuição da titulação.

Quanto à abrangência da política identificada, o “REPositório@FCTUNL” não apresenta as políticas de preservação e uso. A primeira é relevante para que os autores tenham assegurada a disponibilidade dos itens depositados e sua permanência na rede, bem como as precauções a serem tomadas no que tange aos *backups* e à migração de formatos. Já a segunda, embora não apareça descrita no corpo da política, é mencionada no item objetivos, quando elenca a permissão de acesso aos conteúdos utilizando-se a *web* e, posteriormente, no mesmo item, ao afirmar que o RI atuará em parceria com a comunidade científica em favor do movimento de acesso aberto a repositórios.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo que haja uma política de informação institucional regulamentada, não é possível assegurar seu sucesso. Dessa forma, o envolvimento dos indivíduos e a cultura organizacional têm papel preponderante no sucesso e na implementação dessas políticas.

São conhecidos alguns repositórios de instituições acadêmicas, no entanto, há de se destacar o fato de não estarem mencionados no ROARMAP. Esse fato, atrelado à inexistência de políticas de informação explícitas nos repositórios disponíveis, impossibilitou a realização desse estudo no cenário nacional.

Vale ressaltar que o IBICT tem tratado desta questão por meio de editais, palestras e outras formas encontradas para disseminar sua importância no cenário atual.

O presente estudo permite analisar a situação atual das políticas de informação vinculadas a instituições tecnológicas acadêmicas estrangeiras, não sendo possível estabelecer uma relação dos repositórios estudados com os brasileiros, visto que o Brasil possui uma única universidade tecnológica, que ainda não possui repositório. No entanto, estudos como este, podem fornecer subsídios para criação de diretrizes, para que políticas possam ser construídas baseadas em experiências de instituições congêneres.

Por outro lado, embora tenham sido identificados, no ROARMAP, 6 repositórios vinculados às universidades tecnológicas, apenas 2 deles disponibilizam suas políticas, o que permite inferir que os demais não as tenham formalizado.

Nesse sentido, torna-se visível, em termos práticos, a complexidade no estabelecimento de políticas explícitas, ainda que tal prática prejudique a execução de atividades padronizadas.

Nota-se ainda que, embora há décadas, pesquisadores preocupem-se em abordar, em termos teóricos, a política, macro ou micro, e sua necessidade de formalização explícita e aderência pelo grupo envolvido, no contexto analisado pelo presente estudo, o tema ainda não alcançou devido êxito. Por outro lado, a história relativamente recente da implantação de RIs e da própria filosofia aberta de acesso à informação científica pode amenizar tal situação, ao projetar a possibilidade de alterações futuras.

Dessa forma, dada a complexidade e relevância do tema abordado, recomenda-se que sejam realizados estudos futuros, objetivando acompanhar o desenvolvimento dos RIs, da própria filosofia aberta e sobretudo, a importância atrelada à política de informação.

REFERÊNCIAS

AMARAL, A. M. B. M. do. O cenário da política nacional de informação no Brasil. *Inf. & Soc.: Est. João Pessoa*, v. 1, n. 1, p. 47-53, jan./dez. 1991.

COHEN, M. F. Alguns aspectos do uso da informação na economia da informação. *Ci. Inf.*, v.31, n.3 p.26-36, set./dez., 2002.

COSTA, L. P.; SILVA, T. E. da. Repositórios multimídia: estrutura hipertextual e avaliação hipermediática. In: SILVA, T. E. da. *Interdisciplinaridade e transversalidade em Ciência da Informação*. Recife: Néctar, 2008. p.145-166.

COSTA, S. M. S. Filosofia aberta, modelos de negócios e agências de fomento: elementos essenciais a uma discussão sobre o acesso aberto à informação científica. *Ci. Inf.*, Brasília, v. 35, n. 2, p. 39-50, maio/ago. 2006.

Disponível em: < <http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/827/669>>. Acesso em 20 jun. 2009.

DAVENPORT, T. H. Política da informação. In: _____. *Ecologia da informação: por que só a tecnologia não basta para o sucesso na era da informação*. São Paulo: Futura, 1988. cap. 5, p. 90-108.

GONZÁLES DE GÓMEZ, M. N. Da política de informação ao papel da informação na política contemporânea. *Revista Internacional de Estudos Políticos*, v. 1, n. 1, p. 21-32, 1999.

HOROWITZ, Z. et. al. Repositório Digital da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. In: WORKSHOP DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DAS IFE, 2., 2008, Gramado. *Caderno de resumos...* Gramado: UFRGS, 2008. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/12730>>. Acesso em: 6 jan. 2009.

JARDIM, J. M.; SILVA, S. C. de A.; NHARRELUGA, R. S. Análise de políticas públicas: uma abordagem em direção às políticas públicas de informação. *Perspectivas em CIN*, v.14, n.1, p.2-22, jan./abr. 2009.

KURAMOTO, H. Acesso livre: um caso de soberania nacional? In: COLÓQUIO MEDIAÇÕES E USOS DE SABERES E INFORMAÇÃO, 1., 2008, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro, 2008. p. 4-7.

_____. *IBICT estimula adoção dos Open Archives no Brasil*. 2005. Disponível em:< <http://www.ibict.br/noticia.php?id=148> >. Acesso em: 10 jan. 2009.

LYNCH, C. A. Institutional repositories: essential infrastructure for scholarship in the digital age. *Portal: Libraries and the Academy*, v. 3, n. 2, p. 327-336, apr. 2003.

SILVA, T. E. da. Política de informação na pós-modernidade: reflexões sobre o caso do Brasil. *Inf. & Soc.: Est.* João Pessoa, v. 1, n. 1, p. 47-53, jan./dez. 1991.

SILVA, T. E. da; TOMAÉL, M. I. Repositórios institucionais e o modelo Open. In: TOMAÉL, Maria Inês (Org.). *Avaliação de fontes de informação na internet*. Londrina: EDUEL, 2009. cap. 6, p. 123-149.

TRISKA, R.; CAFÉ, L. Arquivos abertos: subprojeto da biblioteca digital brasileira. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 30, n. 3, p. 92-96, set./dez. 2001. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/207/184>>. Acesso em: 18 jun. 2009.

VANDERKAST, E. J. S. Servicio de información: políticas de información em um entorno de câmbios. *Informação Cultura e Sociedade*, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, n.17, p. 97-119, jul./dic. 2007.

ZHAODONG, L., XAOCHU, W. Estudo preliminar sobre a política nacional de informação científica e tecnológica da China: uma opinião pessoal. *Ci Inf.*, Brasília, v. 16, n. 1, p.61-65, jan./jun. 1987.

Title

Reflections on the information policy in academic institutions: the green road at issue

Abstract

This work aims to identify the explicit information policies in academic institutional repositories and to analyze their range according to the characteristics of accessibility to the scientific production presented at the Green Road. For so, it has made use of the literature to define concepts presented in the field in order to ground the discussion and of ROARMAP to identify the repositories which policies were studied. In this context, it was possible to verify that most of the institutional repositories analyzed still lack of formal and explicit policies, fact that points out to the necessity of establishing them. The research also showed that the policies analyzed were structured on theoretical recommendations in a way that they can serve as the basis for the establishment of policies in **congeneric** institutions.

Key-words

Information Policy. Institutional Repositories.
